



aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

AGOSTO DE 1997 ·
Nº 135

APROVADA A DESREGULAMENTAÇÃO DO SETOR PETRÓLEO

Com a aprovação pelo Senado do projeto de lei que regulamenta o Setor Petróleo, o dia 16 de julho entrará para a história como o "dia da entrega" de um dos maiores patrimônios do povo brasileiro: a PETROBRAS. A partir de agora, além de quebrado o monopólio da União, o Governo poderá transferir para o cartel das Seis Irmãs as áreas já em produção. Como afirma o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, representa "o capítulo final do desmonte do Setor Petróleo", a destruição da Lei 2004, conquista do povo deste País. A AEPET publica, neste boletim, os artigos "Mais um atentado ao sonho", do presidente da Entidade, e "Abertura, para quem?", do diretor regional da AEPET-Brasília, Argemiro Pertence, publicado na coluna "Outra Opinião", O Globo, 06.08.97.

Mais um atentado ao sonho

No dia 16 de julho, assistimos o capítulo final do Setor Petróleo: destruíram a Lei 2004, conquista histórica do povo brasileiro representado por todos os seus segmentos; abriram os dados científicos e tecnológicos da PETROBRAS; quebraram o monopólio da União (de acordo com o artigo 26, as empresas que produzirem o petróleo serão proprietárias dele, ficando a União com o monopólio da rocha vazia). Para agravar este verdadeiro atentado ao patrimônio público, o artigo 60 permite exportar esse petróleo, engrossando as reservas do cartel em detrimento das nossas.

O artigo 29, que permite ao Governo transferir para o cartel as áreas já em produção pela Petrobras, é inconstitucional porque fere o artigo 175 da Constituição. Porém, permite entregar os Campos de Marlim, Albacora e Roncador de mãos beijadas ao capital estrangeiro. Já os artigos 64 e 65 conduzem à privatização sub-reptícia (por dentro) da PETROBRAS. Estes artigos permitem a transformação de todas as suas atividades em subsidiárias, que podem ser vendidas, ficando a PETROBRAS como acionista minoritária.

Mais drástico, o artigo 65 determina que a PETROBRAS transforme imediatamente os meios de movimentação de óleo em subsidiárias. Assim como o 64, este artigo fere o de nº 37, incisos XIX e XX, pelo qual a criação de subsidiárias tem que passar pelo Congresso Nacional. Mas este Governo, com seus objetivos oportunistas, não hesita em burlar a Constituição em detrimento de seus interesses.

Na carta encaminhada ao presidente do Congresso, com a finalidade de "tranquilizar os aliados e conquistar seus votos", o presidente FHC prometeu manter as áreas onde a Petrobras já estivesse atuando, com a promessa de não privatizá-la.

Na regulamentação, FHC propôs, e infelizmente foi aprovado, exatamente o oposto. Os artigos acima confirmam isto.

Apesar de tudo, permanece o nosso sonho de viver em um país soberano, forte, rico, desenvolvido, independente e atuante no contexto mundial em igualdade de condições. Não podemos permanecer como colônia, na dependência dos interesses e caprichos dos neoliberais.

O Brasil é rico, tendo em quantidade, mais do que suficiente, todas as matérias-primas estratégicas que necessita. Além disso, é um país privilegiado: enquanto a Europa faz um esforço enorme para se integrar, o Brasil, apesar das dimensões continentais, se encontra na condição de integrado.

Quanto à dimensão humana, tem os técnicos mais criativos do mundo. Mas apesar de toda esta riqueza, tem uma elite dominante corrupta, egocêntrica e burra, que troca sua honra e sua dignidade pelos colares de ascensão ao efêmero poder, ou ainda pelas miçangas de comissões auferidas pela corretagem do patrimônio da nação.

Os mais graves atentados ao nosso sonho estão notoriamente explicitados na entrega do subsolo pela emenda que alterou o conceito de empresa nacional; na quebra do monopólio da cabotagem, que permitiu a embarcações estrangeiras entrarem no interior do País e escoar novas riquezas; na quebra do monopólio das comunicações, verdadeiro atentado à segurança nacional; na venda da Vale e do setor de telecomunicações; e na entrega do controle do gás e da energia elétrica.

Não deixaremos que destruam o Brasil. Felizmente, a Nação está acordando para a incapacidade da atual elite dominante. É hora de promover uma mudança concreta, e não continuar com as mesmas modificações que mantiveram no poder - há 30 anos - uma elite que sobrevive às custas da riqueza nacional. A mesma elite que vende o País em troca de irrisórias comissões.

Chega de social demagogia!

Fernando Leite Siqueira
Presidente

O Globo, 06/08/97

OUTRA OPINIÃO

Abertura, para quem?

ARGEMIRO PERTENCE

O mundo ainda vai depender do petróleo, pelo menos, durante os próximos 30 anos. Esta é uma conclusão do Congresso Mundial de Energia, em 1993. Não há, ainda, a despeito dos avanços tecnológicos, um substituto para o petróleo como fonte de energia primária.

Juntamente com o gás natural, o petróleo é responsável atualmente por cerca de 45% da energia consumida globalmente. Por ser essencial e finito, o petróleo tem sido objeto de cobiça das nações e suas corporações. A grande maioria das nações ricas depende de petróleo importado, em geral, de nações periféricas.

Apenas os EUA consomem 25% do petróleo produzido no mundo. Desse total, apenas 40% são produzidos em seu território. Japão e Europa Ocidental importam mais de 90% de suas necessidades. Por outro lado, mais de 80% das reservas mundiais se concentram no Oriente Médio, região politicamente instável e cheia de riscos potenciais.

O Brasil acha-se numa posição intermediária. Consome cerca de 1,5 milhão de barris/dia, dos quais produz em casa 900 mil barris/dia. Tem reservas em seu subsolo de 14 bilhões de barris, suficientes para manter sua atual demanda por mais 30 anos.

A abertura do setor patrocinada pelo atual Governo, todavia, põe nossa tranquilidade em risco, de vez que vai permitir que empresas estrangeiras exportem para o Primeiro Mundo

nossas reservas.

Vamos dar nossa contribuição, ainda que modesta, para a tranquilidade de nossos irmãos do Hemisfério Norte, em nome da globalização e veremos, em breve, nossas reservas minguarem, para desespero das futuras gerações que pagarão mais caro para importar o petróleo dos árabes que, já hoje, representam o risco que tem justificado as pressões do G-7 para a abertura no México, na Venezuela, na Argentina e, agora, no Brasil.

Teremos por aqui um órgão regulador, a Agência Nacional do Petróleo — a ANP — que, pelo menos teoricamente, deverá zelar pelos interesses da sociedade brasileira nesta questão crucial. A experiência é nova. Nunca tivemos por aqui um órgão regulador com essa função.

Entretanto, não se deve esperar muita coisa. Os primeiros executivos da ANP serão nomeados pelo presidente da República sem ouvir ninguém. A esta altura já está ocorrendo acirrada disputa nos porões do poder pelos cargos na ANP. Como toda nomeação política, estas obedecerão a critérios pouco lógicos, mormente num ano pré-eleitoral.

Esperar que esses senhores resistam a pressões de megaempresas, que faturam anualmente mais que o PIB brasileiro, requer boa dose de credulidade. Enfim, é o que temos. Que Deus nos ajude.

ARGEMIRO PERTENCE é engenheiro mecânico e diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras — Aepet.

O petróleo tem sido objeto de cobiça das nações e suas corporações

■ Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) - Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2.409 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.044-900 - Tel.: (021) 220-4774 - Fax: (021) 262-9224 - E-mail: aepet@ax.apc.org

■ Boletim da AEPET - Reprodução permitida ■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Danemil Artes Gráficas Ltda - Tel.: (021) 201-3533 - Fax: (021) 281-1118